

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 25-3-2024.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulo Schuster, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 098/24 (Processo nº 0203/24), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 087 e 094/24 (Processo nºs 0183 e 0193/24, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 097/24 (Processo nº 0201/24), de autoria de Coletivo Cuca Congo. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 740/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 006/24 (Processo nº 0202/24). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, passando-se ao período de Comunicações após a Tribuna Popular. Foi aprovado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e cinco ao dia vinte e sete de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Paulo Schuster, informando-o que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna e Marcio de Matos Barcelos em exercerem a vereança, em substituição, no período. Foi apregoado Requerimento de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/23 (Processo nº 1210/23). Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Fabíola Adélia Perin e Manuela Araújo de Nóbrega Cavalcanti, Presidentes da Associação de Cirurgia Torácica do Rio Grande do Sul e da Sociedade de Pneumologia e Tisiologia do Rio Grande do Sul, respectivamente, que se pronunciaram acerca da ação de educação em saúde pulmonar, Campanha Pulmão Legal, Respire Fundo. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Giovane

Byl, Comandante Nádia e Mônica Leal manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e seis minutos às quatorze horas e trinta e nove minutos. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o Escritório de Advocacia Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva, nos termos do Requerimento nº 042/24 (Processo nº 0180/24), de autoria de Hamilton Sossmeier. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Ana Paula Foltz, sócia do escritório homenageado. Hamilton Sossmeier, proponente, manifestou-se e, por convite de Mauro Pinheiro, presidindo, procedeu a entrega do diploma alusivo à presente solenidade a Ana Paula Foltz, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, adiando-se os períodos de Grande Expediente e Comunicações. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Cláudio Conceição, Ramiro Rosário, Biga Pereira, Pedro Ruas, Jonas Reis e Idenir Cecchim. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e dois minutos às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Na oportunidade, Idenir Cecchim formulou Requerimento verbal, solicitando apreciação imediata do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 031/23 (Processo nº 1300/23) e Aldacir Oliboni manifestou-se a respeito, alegando que esse projeto não pode ser votado ainda porque não foi realizada audiência pública a respeito. Ainda em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Paulo Schuster e Lourdes Sprenger. Às dezesseis horas e um minuto, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 012/24 (Processo nº 0129/24), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht, por vinte e três votos SIM, três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Schuster, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, votado Não Lourdes Sprenger, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Karen Santos. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, foi encerrada a Ordem do Dia, em virtude da inexistência de quórum deliberativo constatada durante a votação do Requerimento nº 039/24 (Processo nº 0171/24), declarada nula, encaminhado à votação por Adeli Sell e Comandante Nádia, tendo votado Sim Alvoni Medina, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos e Prof. Alex Fraga. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/23; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 023/23 e 006/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 113/23 e 034/24, discutidos por Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/24,

discutido por Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/24, discutido por Roberto Robaina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 211 e 421/21, 678, 718 e 756/23 e 045, 069, 072, 073, 074, 079 e 084/24; e os Projetos de Resolução nºs 011, 013 e 022/24; Às dezesseis horas e quarenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e Airto Ferronato. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, após a Tribuna Popular, entrar nas Comunicações, período em que faremos uma homenagem à Ana Paula Foltz – Advocacia Inclusiva.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 a 27 de março de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, líder da bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna e Marcio de Matos Barcelos em exercerem a vereança, em substituição, no período.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em razão da impossibilidade de os suplentes acima assumirem a vereança no período citado, declaro empossado o Ver.

Paulo Schuster. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Paulo Schuster, nos termos regimentais e V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 022/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Sociedade de Pneumologia e Tisiologia do Rio Grande do Sul e da Associação de Cirurgia Torácica do Rio Grande do Sul, que tratarão da ação de educação em saúde pulmonar, Campanha Pulmão Legal, Respire Fundo. Convidamos a Dra. Fabíola Adélia Perin e a Dra. Manuela Araújo de Nóbrega Cavalcanti, respectivamente presidentes das entidades, a fazerem parte da Mesa. A Dra. Manuela Araújo de Nobrega Cavalcanti está com a palavra.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. MANUELA ARAÚJO DE NÓBREGA CAVALCANTI: Boa tarde a todos presentes, sou pneumologista. Três entidades médicas se uniram no final do ano passado para criar um movimento chamado Respire Fundo. Esse movimento foi criado porque essas três entidades se preocupam com a saúde pulmonar da população gaúcha, essas três entidades acreditam que, como sociedade, a gente tem que ajudar nesse papel de mudança e, como sociedade, a gente também acredita que existe uma necessidade não atendida para essa população. Então, o que eu venho hoje, junto com a Dra. Fabíola, da Sociedade de Cirurgia Torácica, é pedir para vocês, que fazem parte desta Casa, assim como a Ver.^a Comandante Nádia, que já nos apoia, que vocês sejam concordantes, facilitem e nos ajudem a colocar todo esse projeto em prática.

Os números que a gente quer mudar são os seguintes: o tabagismo hoje em dia é considerado uma doença, uma doença que tem um código. Hoje, no Brasil, ele mata 160 milhões de pessoas, são 450 brasileiros que morrem por dia, porque eles fumaram, e isso gera um gasto econômico de R\$ 125 bilhões a cada ano. O tabagismo é um problema. Porto Alegre é uma capital em que se fuma mais do que o restante do Brasil. A gente tem 48% a mais de tabagismo em relação ao resto do Brasil. Quando a gente olha o risco de cigarro eletrônico, os nossos estudantes, quando a gente olha a população escolar, um quarto deles já provou o cigarro eletrônico, e a gente acredita que os números desse ano vão ser pelo menos o dobro disso. Então a gente também tem um papel importante em tentar alertar essa população contra os riscos do cigarro eletrônico. O DPOC, que é a doença causada pelo cigarro como sua principal causa, é a quinta causa de internação no

SUS e consome uma grande parte dos nossos recursos, e 40 mil pessoas morrem por causa do DPOC, uma doença que tem tratamento no SUS, mas que ainda é subdiagnosticada e subtratada; a gente precisa tratar disso.

Por último, eu falaria da asma, porque a asma, apesar de ser uma doença que parece simples, ela mata. A asma mata quatro pessoas a cada dia. Então a gente tem que pensar na asma como uma doença potencialmente letal, e é uma doença que é desprezada. A gente tem diagnóstico, a gente tem tratamento, e ainda assim as pessoas internam e morrem por asma. A gente vai falar também de câncer de pulmão, que foi o principal motivo que fez o início dessa campanha, falar em diagnóstico precoce de câncer de pulmão.

SRA. FABÍOLA ADÉLIA PERIN: Boa tarde a todos, meu nome é Fabíola Perin, sou presidente da Sociedade de Cirurgia Torácica do Rio Grande do Sul; obrigada, Presidente, pela oportunidade. O câncer de pulmão afeta homens e mulheres como segunda e terceira causas de câncer no nosso País e em alguns lugares do mundo, mas é o primeiro em letalidade. Nesse eslaide, a gente vê no final, ali, em azul, o número enorme de pessoas que morrem a cada ano, e a estimativa é de 30 mil pessoas. O câncer de pulmão é uma doença silenciosa; em 85% das vezes, ele se manifesta quando a gente faz o diagnóstico dessa doença, ele está num estágio avançado, onde a chance de cura, ao longo dos próximos cinco anos, se reduz a 15%; em 85% das vezes, ele está associado ao uso do tabaco. Neste eslaide a gente consegue ver a classificação do câncer de pulmão, que vai do estágio inicial, chamado de 1, ao estágio mais avançado, chamado de estágio 4, onde, no estágio 1, a gente consegue uma chance de cura de 92% em cinco anos e, no estágio 4, ela não passa de 10%.

No final do ano passado, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica, de Pneumologia e de Oncologia se uniram e estabeleceram, no País, algo que já existe há cerca de 20 anos, que é o rastreamento do câncer de pulmão. Assim como fazemos o rastreamento do câncer de mama, com mamografias anuais, como fazemos o rastreamento do câncer de próstata, com exames anuais; as pessoas tabagistas ou ex-tabagistas com mais de 50 anos devem fazer uma tomografia com baixa dose de radiação, anualmente, para tentar diagnosticar o câncer de pulmão em sua fase inicial, onde ele tem, sim, uma boa chance de cura. O rastreamento do câncer de pulmão, onde foi estabelecido, mostrou uma redução da mortalidade de 20%, e isso a gente não consegue nas fases avançadas com nenhum tipo de tratamento. O custo anual de pessoas que deixam de trabalhar pelo câncer de pulmão também onera a nossa sociedade, mas existe uma modalidade cirúrgica, que é a cirurgia chamada de minimamente invasiva, feita por vídeo, que, infelizmente, não é disponível pelo SUS, onde, numa internação de três dias, a gente tem esse potencial de cura das doenças iniciais com retorno à atividade de trabalho, atividade profissional em sete dias. Esses pacientes costumam estar liberados para a prática de atividade física em 15 dias. Essa é a nossa mensagem: é uma doença que mata, e temos a possibilidade de curar essas pessoas. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Em nome da minha bancada, dos meus colegas Oliboni, Comassetto e Jonas, eu – Adeli Sell – quero cumprimentar as nossas visitantes. Vocês falaram suavemente, mas eu acho que esse talvez fosse o momento até de a gente aumentar o tom, até gritar para que as pessoas se acordem para o grave problema que nós estamos enfrentando na nossa sociedade, o quanto os números apontados do tabagismo nos prejudicam. Mas, felizmente, hoje a medicina tem evoluído, a precaução e o exame feito no devido momento, precocemente, pode salvar muitas e muitas vidas. E vocês, mulheres que estão aqui, são corajosas, porque mexer e abrir o tórax de alguém não é pouca coisa.

Então viva a vida, vamos fazer uma grande campanha. Eu acho que a Câmara, Presidente Mauro, pode se engajar em distribuir material para todos os servidores, para todos os cargos de confiança, nós temos um sistema muito bem organizado aqui na Câmara e, quem sabe, nós possamos, pela sociedade civil, pontuar uma grande campanha em defesa da saúde pulmonar, no combate ao tabagismo. A gente sabe que terminar de vez é impossível, mas eu acho que nós já diminuímos bastante e podemos ir muito além. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovane Byl está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Quero saudar a Dra. Manuela e a Dra. Fabíola pela iniciativa de virem aqui, acredito que o Parlamento Municipal pode ser parceiro e estar engajado nessa campanha. Nós temos muita preocupação em relação à juventude, que é a maior usuária desse cigarro eletrônico e do próprio tabagismo, com adolescentes e pré-adolescentes. Essa campanha é muito importante. Saúdo e parablenizo a iniciativa e acredito que, na pessoa do nosso Presidente Mauro Pinheiro, a nossa Casa Legislativa está de portas abertas. Parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Giovane Byl. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Saúdo o Sr. Presidente, as nossas doutoras maravilhosas aqui, colegas vereadores. Falar sobre pulmões é falar sobre vida. Sabemos de várias pessoas que estavam na fila de transplante de órgãos, principalmente do pulmão, e que acabaram perdendo suas vidas, e diz respeito a nós, à nossa prevenção, diz respeito a compartilharmos informações. Depende, sim, de vocês, que são médicos, e que hoje estão se disponibilizando em vir a esta Câmara de Vereadores, onde há 36 lideranças, independente de posições partidárias, independente de partidos, 36 líderes que têm, sim, condições de compartilhar isso que vocês nos trazem,

36 líderes que têm como falar sobre a importância de cuidar do pulmão e respirar cada vez melhor e, principalmente, dizer não a algumas coisas que vão fazer com que a gente fique doente ali na frente.

Então contem, continuem contando com meu apoio. Parabéns pela campanha elucidativa, uma campanha que vai ter que atingir crianças, adolescentes, adultos, por certo, queremos atingir, mas é ali, na idade tenra, o momento que nós temos que fazer a mudança do hábito, a mudança do costume. Eu tenho só que parabenizá-las, contem comigo, tenho certeza que outros vereadores vão querer participar desta campanha de dizer sim à vida. Cuidar dos pulmões é cuidar de anos de vida com saúde que nós podemos ter. Parabéns!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, meninas. Escutei, atentamente, principalmente a questão da asma, porque tenho dois asmáticos em casa. Quero dizer para vocês que, como jornalista, eu acredito muito na informação, na informação de prevenção em campanhas publicitárias. É importantíssimo que as crianças, desde cedo, tenham essa noção, porque são as crianças que levam para os pais. Nós aprendemos a usar cinto de segurança pelas crianças, protetor solar, também pelas crianças. Parabéns, contem com o meu apoio, o gabinete está à disposição, é extremamente importante essa causa de vocês. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Agradecemos a presença da Dra. Manuela Cavalcanti e da Dra. Fabíola Perin, presidentes, muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h36min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h39min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Sr. Presidente, registramos a presença da viúva do sempre vereador João Antonio Dib, a Sra. Maryur Tedesco Silber.

Hoje, este período é destinado a homenagear o escritório de advocacia Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva, nos termos do Requerimento nº 042/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. Convidamos para compor a Mesa a Dra. Ana Paula Foltz.

O Ver. Hamilton Sossmeier, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde a todos, nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. Queremos também saudar aqui a homenageada, Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva, e também cumprimentar a todos que estão presentes no plenário, como também aqueles que estão assistindo pelas nossas redes sociais, pelas nossas plataformas; boa tarde a todos.

Peço atenção especial neste momento, pois vamos falar de um assunto importante e prestar a devida homenagem a um escritório de advocacia que tem marcado vida de inúmeras pessoas com seu trabalho técnico, mas, acima de tudo, humano. Na tarde de hoje, neste período de Comunicações, vou homenagear o escritório Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva, aqui representado por ela, Dra. Ana Paula Foltz, que comanda esse belo trabalho de auxílio às famílias que lidam com a acondroplasia. A acondroplasia é uma doença genética que atinge crianças a partir de seis meses de idade, afetando o crescimento de quase todos os membros do corpo, todos os ossos, inclusive do crânio, da coluna, dos braços e das pernas, resultando em uma estatura muito baixa, com aparência característica, estamos falando aqui do nanismo, pessoal. O Escritório Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva é responsável por conseguir a primeira liminar para fornecimento do Voxzogo no Rio Grande do Sul, com posterior confirmação de mérito no julgamento, tornando-se paradigma no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, como todos sabem, abrange não somente o nosso Estado, mas também Santa Catarina e Paraná. O Voxzogo é o medicamento de alto custo que contém o princípio ativo vosoritida, que é similar a uma proteína do corpo que atua diretamente nos pontos de crescimento dos seus ossos para promover o novo crescimento ósseo, aliás medicamento fundamental para o tratamento da doença, infelizmente, pelo alto custo, muito longe da realidade da maioria das famílias. Ainda bem que podemos contar com profissionais e seres humanos, como a Dra. Ana Paula Foltz, que vêm fazendo história na luta pelo direito dessas famílias. É importante ressaltar que o escritório Ana Paula Foltz Advocacia Inclusiva não atua somente na obtenção de medicamentos contra o nanismo, mas também em causas que envolvem autismo, epilepsia e outras enfermidades que necessitem da judicialização para a obtenção de medicamentos com elevado custo.

Diante disso, é com imensa satisfação, Dra. Ana Paula, que estamos aqui para homenageá-la nesta tarde, na Câmara de Vereadores da nossa capital, honrando o belíssimo trabalho realizado pelo seu escritório e reconhecendo a importância dessa luta diante da sociedade porto-alegrense. Parabéns! Que Deus conceda cada vez mais sabedoria e graça para continuar trilhando esse importante e necessário trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convidamos a Sra. Ana Paula Foltz para fazer uso da palavra.

SRA. ANA PAULA FOLTZ: Boa tarde. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todos os vereadores na pessoa do Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Casa.

Em especial, quero cumprimentar e saudar o Ver. Hamilton Sossmeier, que me concedeu essa honraria. Agradeço também pela presença de meus pais, Carlos e Filipa, minha filha Valentina, meu marido Marcelo, os amigos e colegas aqui presentes.

Essa honraria vem a consolidar uma caminhada de 20 anos na advocacia, muitas vezes um caminho árduo e combativo a ser percorrido, qual seja, o da advocacia inclusiva. O fornecimento de medicamentos de alto custo, como é o caso do Voxzogo, é uma das lutas que, no escritório, mais me orgulha em militar. A vitória das liminares, sendo a nossa a primeira no Rio Grande do Sul concedida pela 2ª Vara Federal de Porto Alegre, em setembro de 2022, com o mérito julgado e confirmado pelo TRF 4, em julho de 2023, com a efetiva e irrestrita implementação, muito me honra e me motiva a seguir lutando.

Busco, na atuação do escritório, a proteção e a implementação dos direitos dos raros, dos portadores de nanismo, de autismo e de doenças graves que pleiteiam a integração na sociedade com igualdade e isenção de preconceitos. Os resultados até aqui obtidos nos estimulam, nos motivam a continuidade da atuação na advocacia inclusiva.

Encerro mais uma vez agradecendo a Deus e ao direito, que me propiciaram essa caminhada, reiterando a gratidão ao Ver. Hamilton Sossmeier por essa homenagem. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convido o Ver. Hamilton Sossmeier para fazer a entrega do diploma à Sra. Ana Paula Foltz e o registro fotográfico.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h51min) Estão reabertos os trabalhos. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, em meu nome e em nome do Ver. Janta, solicito o adiamento do período de Grande Expediente; e em meu nome e em nome dos cinco vereadores inscritos ao período de Comunicações no dia de hoje, também solicito o adiamento, tendo em vista que às 15h30min nós teremos a questão do Prometa, e para que a gente possa dar andamento a tantos projetos previstos para hoje na Casa. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Lembrando que teremos a audiência pública com o objetivo de apresentação do relatório anual do Programa de Metas do Poder Executivo do Município de Porto

Alegre, o Prometa, referente a 2023, às 15h30min, com a presença do prefeito Sebastião Melo e seus secretários.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que estão nos ouvindo hoje, nesse início de semana, quem está nos assistindo na TVCâmara também, todos que estão aqui no plenário. Nós estamos entrando num período de grandes desafios não só para o Executivo de Porto Alegre, como para todos os agentes políticos desta cidade. É um período de fortes mudanças político-partidárias, as janelas estão abertas para recebimento de novos candidatos, de trocas de partido e, em breve, nós vamos ter um panorama de como vai ser o retrato político de Porto Alegre até outubro deste ano. Eu digo a vocês que é com muita alegria que nós recebemos em nossos quadros a guerreira, a colega, a amiga Ver.^a Comandante Nádia, que vem para dentro do PL para defender aquilo que é a nossa base: vida, propriedade, liberdade, defesa da infância e educação. Eu peço aos colegas aqui uma salva de palmas para a Ver.^a Nádia, que vem agora se juntar no nosso time, que é o time do 22, que é o time que defende a educação, que é o time que defende a inocência das crianças e todos os nossos direitos fundamentais. Ver.^a Nádia, eu quero que a senhora saiba a alegria que eu tenho de tê-la junto a nós, nas nossas fileiras. Estamos, sim, compondo um time de grandes nomes para este ano.

E é com muita alegria também que eu vejo o Ver. Jessé Sangalli fazendo suas movimentações para vir conosco também, nessa bancada que promete ser a maior bancada do Legislativo de Porto Alegre. Muito obrigada a todos os colegas. Como líder do PL, isso me deixa muito feliz, e temos aí um ano brilhante pela frente. Muito obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sr. Presidente, para uma questão de ordem e tendo em vista que a líder do PL já adiantou, gostaria de comunicar a todos os colegas, vereadores da base, independentes, da oposição, que, hoje ao meio-dia, assinei filiação junto ao Partido Liberal. Já foi encaminhada toda a documentação ao TSE, agora só aguardamos a homologação, enfim, para fazer os trâmites necessários. Quero agradecer imensamente ao Partido Progressistas, aqui representado pela Ver.^a Mônica Leal, pelo Vitinho, presidente municipal, que me acolheram, que fizeram com que eu estivesse também trabalhando em prol de muitas boas ações. Mas quis o destino que eu retornasse à casa, então eu estou muito feliz de estar junto ao PL, no que eu comunico todos os caros colegas vereadores. E agora vamos fazer a parte administrativa. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Seja bem-vinda, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Muito boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; muito boa tarde a todos aqueles que nos assistem pela

TVCâmara; muito boa tarde aos bravos guardas municipais que estão aqui nesta tarde fazendo a defesa da sua carreira. A minha fala é muito objetiva e é direcionada aos colegas da segurança, porque é de onde eu também venho.

Eu tenho me debruçado sobre este projeto da Guarda e tenho visto algumas incoerências. Eu acabei de me aposentar da Polícia Civil e me aposentei com todos os meus direitos adquiridos. Eu creio que direito adquirido é um direito que precisa ser preservado, porque é o respaldo de uma história, de uma dedicação a uma carreira. E esse PLCE nº 031/23, da parte do governo, eu tenho lido, tenho estudado, tenho procurado ser justo, coerente com aquilo que se propõe. E uma das coisas que eu tenho visto é que este projeto tem separado... Nós temos uma única Guarda, e a Guarda não pode ser uma guarda dividida, porque uma casa dividida é uma casa sem valor, é uma casa sem força. Quando eu vejo os jovens, os novos sendo divididos dos antigos, eu vejo que nós não temos duas Guardas, nós temos uma única Guarda. Então, o meu propósito, nesta fala, é pedir que seja refeito, seja revisto, para que a gente possa sentar novamente numa mesa de debate e para que esse projeto possa ser mais bem estruturado.

Eu tenho visto a fala de alguns colegas aqui dentro, e eu vou também nessa direção, para que esse projeto possa contemplar, porque aqueles que são novos um dia vão ser antigos. E, quando eles chegarem no fim de carreira, eles vão querer também ter os seus direitos adquiridos, como é de direito desses funcionários que hoje estão indo para o final de carreira. Então o meu posicionamento hoje é que, se não for tida uma nova rodada de debate coerente, o meu apoio vai ser para que realmente seja retirado esse projeto e para que a gente possa ter um equilíbrio, para que a Guarda possa ter o seu respaldo. Essa é a minha fala, essa minha coerência em relação aos funcionários da Guarda Municipal. Um forte abraço a todos vocês e boa luta. Que Deus os abençoe.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro. Meus caros colegas, neste final de semana, em frente ao Paço Municipal, nós tivemos que assistir a uma manifestação com meia dúzia de gatos pingados, porém, com uma grandiosidade na sua ignorância e criminalidade, que olha, é difícil, Ver.^a Fernanda Barth, de a gente conseguir conceber. Há uns bons meses, nesta Casa, nós tivemos uma grande polêmica: algumas pessoas estavam aqui com a suástica nazista fazendo uma crítica. Na verdade, estavam ali com um símbolo de proibição de serem contrários à suástica nazista, e os nossos colegas vereadores de esquerda se revezaram nessa tribuna, entraram com processos, inclusive pediram a retirada das pessoas que estavam portando ali, não importasse qual fosse a fundamentação da suástica nazista, que todos sabem é o símbolo do nacional socialismo, do nazismo, que trouxe milhões de mortes e perseguições no século passado. Porém, nós tivemos políticos de esquerda – entre eles, a pré-candidata

à prefeita, Maria do Rosário, e o Ver. Pedro Ruas, do PSOL, que está aqui presente e me dá agora a sua atenção – fazendo discursos neste ato no Centro da cidade, onde havia bandeiras do Hamas, bandeiras de um grupo terrorista, bandeiras de um grupo genocida. Sim, o Hamas é verdadeiramente genocida, afinal de contas o Hamas prega a extinção, a morte de todo o povo judeu; se isso não é genocídio, não sei qual é a classificação possível para tal crime contra a humanidade. Estavam lá os vereadores de esquerda – Pedro Ruas, a pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre, Maria do Rosário – discursando sem qualquer constrangimento, com bandeiras do Hamas presentes. Se algum deles ainda tivesse dito: “Esta manifestação aqui não permite bandeiras de grupos terroristas, assassinos”, bom, até poderiam, de alguma forma, se desvincular disso, embora fosse difícil pelas imagens que mostravam que eles estavam no mesmo ambiente, calados e discursando para sua militância, sendo lenientes, Ver. Pedro Ruas, com a presença das bandeiras desse grupo terrorista – é um grupo terrorista! Os próprios políticos de esquerda, no ato odioso que aconteceu em outubro do ano passado, em Israel, subiram aqui nesta tribuna e reconheceram que o Hamas é um grupo terrorista. Bom, se o Hamas é o responsável por trazer fome e miséria para o povo em Gaza, para o seu próprio povo palestino, se o Hamas é o responsável pelo estupro de mulheres israelenses, pelo assassinato de mulheres e homens israelenses, inclusive de brasileiros, como foi o caso do jovem porto-alegrense que foi brutalmente assassinado pelo Hamas, eu fico pensando, Ver. Pedro Ruas, o que fazia o senhor lá, discursando, aplaudindo e sendo aplaudido, com bandeiras de um grupo terrorista sanguinário e assassino tremulando. Inclusive um jovem, que esteve presente, foi lá demonstrar a incoerência, filmar a presença das bandeiras do Hamas, e foi agredido, agredido, inclusive, com bandeiradas, chutes, pontapés, porque ele estava lá denunciando a presença das bandeiras do símbolo desse grupo terrorista que traz mal não apenas para o seu próprio povo na Faixa de Gaza, mas também prega, eu repito, o ódio, a perseguição ao povo judeu.

Então, eu gostaria de ouvir do Ver. Pedro Ruas, do PSOL, se ele estava lá e não sabia da presença das bandeiras do Hamas, e se está sabendo agora, e comprovado pelas imagens, que havia, sim, as bandeiras do Hamas, se o senhor foi apenas leniente, ou se o senhor concorda em levantar as bandeiras desse grupo terrorista na nossa Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu gostaria que o Ver. Ramiro, que tem tradicionalmente uma postura de mau colega, dissesse como são as bandeiras do Hamas. Eu não sei como são. Eu não vi nenhuma bandeira do Hamas, eu vi bandeiras da Palestina – da Palestina! Agora, se ele viu, ele deve saber como são, e vai nos contar como são. Eu vou falar na tribuna agora, em tempo de liderança do PSOL.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Antes está inscrita a Ver.^a Biga Pereira, depois o senhor. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, caros colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e público que se tem feito presente aqui em todas nossas sessões. É isso mesmo, enquanto não retirarem esse PL, permaneçam aqui conosco. (Palmas.)

Eu subo a esta tribuna exatamente no dia de hoje para dizer que há 40 anos eu estou nas fileiras do PCdoB, que hoje completa os seus 102 anos de existência. Esse partido centenário e tão jovem nas suas ideias, nos seus propósitos. Aqui no PCdoB encontrei o ambiente democrático para compartilhar a luta dos camaradas valorosos, como Luciana Santos, nossa ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação; Manuela d'Ávila, nossas deputadas Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Leci Brandão, Jussara Cony, Cuca Congo, Vitória Cabreira, meu querido colega Giovani Culau e Coletivo, Raul Carrion, e tantos outros, outras pessoas comuns do nosso povo, que cerraram fileiras conosco, que assumiram o protagonismo e a liderança política, a partir da organização Partido Comunista do Brasil. O PCdoB, aos seus 102 anos, continua sendo um partido necessário porque está essencialmente conectado às lutas emancipatórias das trabalhadoras e dos trabalhadores, ao lado de mulheres, de negras, de negros, da juventude, da população LGBTQIA+. A dimensão e importância de um partido político pode ser verificada a partir da sua participação nos momentos decisivos da história de uma nação, de um povo, companheiro Pedro Ruas. É exatamente isso, é nesta dimensão que nós nos encontramos, é na participação de nossos partidos nestes momentos históricos do nosso povo, pois o PCdoB, desde a sua fundação, em março de 1922, sempre esteve intrinsecamente ligado, ajudando a construir e conduzir as lutas memoráveis do nosso povo pela soberania nacional, pela democracia ou pelos direitos civis, pelos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. Os compromissos democráticos inarredáveis do PCdoB lhe renderam perseguições, tortura, clandestinidade, mas, mesmo assim, não se vergou, continua lutando pelo Brasil e pela paz. A primeira década do século XXI veio acompanhada de crises econômicas mundiais que propiciaram o crescimento de um ambiente político obscurantista de constantes ameaças à democracia, aos direitos sociais, aos direitos humanos no Brasil e no mundo. Obscurantismo que ocupou o poder até 2022, que arrastou o nosso País para uma crise de múltiplas faces, sanitária, política, econômica, social, ambiental e educacional, tornando ainda mais profunda a indignidade do racismo, do machismo e da homofobia. Foi esta indignidade que produziu o crime contra Marielle Franco. O PCdoB foi o primeiro partido a propor uma aliança de amplas forças democráticas da sociedade, essa foi a chave da vitória que derrotou eleitoralmente e continuará combatendo as forças do atraso e da regressão social. Essa vitória é que permitiu que somente agora, seis anos depois, tenha sido elucidado o crime contra Marielle, que é só o começo também dessa elucidação, chegaremos lá, chegaremos lá, com certeza, firmes e fortes. As e os comunistas do Brasil permanecem atuando para fazer o Brasil trilhar o caminho do projeto de desenvolvimento que posicione o País como uma das nações mais prósperas do mundo, soberana, assegurando ao povo brasileiro democracia, oportunidades, trabalhos e direitos para que tenha a vida digna que o nosso povo merece. Seguiremos cultivando a democracia, pois o bem comum é o bem de toda

a nossa gente. Parabéns ao PCdoB, esse partido que me acolheu já há 40 anos e que só nele permaneço até hoje. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Ver Mauro Pinheiro, que dirige a Casa e a sessão; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje, eu tenho sete mandatos e nunca fui de atacar colegas aqui. Eu acho isso, Ver. Ramiro Rosário, uma mediocridade. Querer crescer em cima dos colegas, acho uma coisa... Nunca botei enfeite, nunca fiz nada disso, não boto, porque eu acho baixaria isso.

Eu não conheço as bandeiras do Hamas, eu nunca vi bandeira do Hamas, e, se tinha bandeira do Hamas, eu não vi. V. Exa. conhece, e não estou dizendo que defende o Hamas, só estou dizendo que conhece. Eu não vi bandeira alguma e, se vi, não sabia que era do Hamas. Eu vi bandeiras da Palestina, sim, e eu defendo muito o povo palestino. Mas o ato que eu fui, o ato, Ver. Cecchim, onde eu estava, era uma descomemoração dos 60 anos do golpe militar de 1964. Eu já fui em muitos atos pró-Palestina; esse não era, esse era um ato para descomemorar os 60 anos do golpe militar no Brasil que gerou uma ditadura brutal, com prisões, com torturas, com mortes, com exílio, cassações, perseguições, com famílias, como é o caso do Cilon Cunha Brum, que até hoje não tem o corpo para poder enterrar. Em São Sepé, tem uma cova com uma lápide em cima que diz: “Esta cova espera o corpo de Cilon Cunha Brum”. Há 50 anos! Há 50 anos!

Eu fiz esse registro para dizer em que ato eu fui. Não precisava, fiz questão de dizer. Mas eu usei a tribuna, eu queria usar a tribuna e vou fazê-lo, para dizer aos ilustres colegas, amigos, servidores da segurança do Município que estão aqui, que acabamos de assinar o substitutivo ao projeto. (Palmas.) Quero dizer para os senhores, meu caro Lauro, meu caro Espírito Santo, amigas e amigos, que esse projeto, a ideia nossa é que ele seja retirado. Francamente, não é o mais provável. Devemos pressionar para que seja retirado, não é o mais provável, por isso temos o substitutivo. O substitutivo está aí para isso. Então nós temos que fazer uma campanha forte para que o projeto seja derrotado! Em primeiro lugar, que seja retirado. O projeto traz, no seu conteúdo, prejuízos graves sim aos servidores, particularmente os mais antigos, e há já uma ação que eu denunciei aqui em relação aos senhores, nesse sentido, inclusive com troca do local onde se deveria observar, portanto precisa experiência e conhecimento com o que acontece na cidade, colocando essas pessoas com mais idade nas ruas e as com menos experiência e menos idade ali naquele local. Eu respeito muito, porque é uma pessoa digna, de bom caráter, uma pessoa séria, um bom colega, o Ver. Idenir Cecchim – respeito muito V. Exa., e V. Exa. sabe disso, todos aqui sabem disso. Quero registrar que V. Exa. é um grande colega nesta Casa e sei que fará o possível, o que estiver ao seu alcance nessa situação. A nossa posição democraticamente é diferente, democraticamente é diferente, e nunca nos atacamos pessoalmente, jamais houve isso aqui. Prestem atenção em quem são as pessoas, essa é a conclusão. Nós vamos lutar para o projeto ser retirado, se ele não for

retirado, vamos lutar pela aprovação do substitutivo, se não for aprovado, vamos lutar pela derrota do projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Ramiro.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O Ver. Pedro Ruas acabou de dizer que não sabia qual era a bandeira do Hamas. O Ver. Pedro Ruas, do PSOL, disse que não conhece a bandeira do Hamas. Então diretor Luiz Afonso, vamos colocar aqui para que os vereadores de esquerda, na próxima manifestação que forem, não cometam esse erro grave de serem lenientes com um grupo terrorista. É a mesma coisa que ir numa manifestação e ter a suástica nazista e dizer desconhecer, é a mesma coisa que numa manifestação ter alguém vestido como Ku Klux Klan e dizer que não sabe qual é a Ku Klux Klan. Então, Ver. Pedro Ruas, está aqui, olha, inclusive a camiseta escrito Hamas, com o símbolo do Hamas. (Mostra fotografia.) Mostra a outra ali, Luiz Afonso, por favor. Também o mesmo cidadão com as bandeiras do Hamas ali embaixo, a bandeira do Hamas com que a senhora agrediu um jovem. Essa é a bandeira do Hamas, para que o senhor, da próxima vez que a vir numa dessas manifestações que vocês vão, não cometa esse erro terrível, odioso de apoiar um grupo terrorista e antisemita.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Questão de ordem. Em primeiro lugar, leniente é o senhor, leniente é o senhor. O senhor não vai vir aqui fazer ofensas, querer crescer nas costas dos colegas mais conhecidos, dos políticos mais tradicionais do Estado, porque V. Exa. não existe. Aí tem que existir atacando os grandes, isso é uma tática antiga, ataca os grandes para ficar do tamanho deles. Não adianta. O Ver. Alex Fraga me mostra agora que essa bandeira é da Arábia Saudita, me mostrou agora o vereador.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Agora eu não vou entrar nesse debate, eu não vou entrar nesse debate mesquinho, rebaixado. Vereador, eu tenho sete mandatos aqui, vá crescer, vereador, vá crescer, vá existir, vá existir sozinho, vá fazer seu trabalho, não vá querer crescer nas costas de quem tem tradição, de quem tem prestígio político na cidade. V. Exa. não existe, não existe! Quando existir, talvez eu lhe responda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, obrigado. Vereadores, está feito o registro de ambos.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, uma saudação especialíssima a todos os que estão presentes nesta nossa querida Câmara de Vereadores, principalmente, aos guardas municipais que estão na luta por respeito, por reconhecimento, porque fizeram, durante muitos anos, a segurança desta cidade.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Retira! Muito bem, essa é a palavra que Sebastião Melo tem que ouvir, e ele virá hoje aqui. Milagrosamente, virá o prefeito até a Câmara, porque ele anda por aí desfilando seu chapéu de palha e vendendo ilusões, porque ele, quando deputado, votou pela privatização da Equatorial, que agora é Equatorial, era CEEE. Ele não faz o mea-culpa! Até hoje tem gente sem energia elétrica na capital, na capital dos gaúchos, quase 1 milhão 400 mil habitantes. E aí, na CPI de quinta-feira, os vereadores da base aliada não deram quórum um dia depois do temporal. Eles têm medo, porque eles sabem que esse governo tem um dedo privatista podre, que quer entregar o patrimônio desta cidade, e está, sim, tomada de dengue. Até não vi aqui, estou esperando para ver o secretário da Saúde, eu quero cobrar presencialmente dele medidas reais para combate à dengue, porque hoje o prefeito foi para a GloboNews falar bobagem, culpar a população pela dengue. Que prefeito é esse que culpa o seu povo, quando nós temos menos de 100 agentes de endemias e deveríamos ter 650? Ele não fez concurso, ele não nomeou, essa é a vergonha deste governo. Mas não é só isso: 11 mil crianças nas calçadas! Cadê o secretário de Educação, cadê? Levanta o dedo, não está aqui! O secretário de Educação não está aqui, e eles desnomearam monitoras, desnomearam professores e não pagaram nem o regime dos professores. Os professores estão trabalhando e não receberam! Esse é o governo Melo, 11 mil crianças sem escola, professores e monitores desnomeados, nunca existiu isso nesta capital! É falta total de planejamento, aí eles vieram mostrar um documento: “Olha, o Tribunal de Contas trouxe um documento no dia 7”. Mas foi dia 11 que eles nomearam! Nem competência administrativa eles têm para ler os documentos do tribunal. Bah, está difícil, hein? Está difícil a situação, mas não é só isso. Hoje eu não vi ninguém subir aqui, eles vieram só falar, fulano foi para um partido, veio do outro e vai para o outro. É só pula-pula de partidos, virou isso, Porto Alegre. Pula-pula para o lado de cá, pula para o lado de lá, não sei para onde vou pular... Mas eles não falaram das três prisões, três prisões de bolsonarentos pela Polícia Federal. Ninguém falou, eles estão calados. Eles fizeram assim no microfone ó. (Baixa o microfone da tribuna.) Não tinha microfone! Os Brazão foram presos, são os que estavam lá no palanque com Bolsonaro, pedindo voto no Rio de Janeiro – foram presos na investigação da morte do Anderson e da vereadora Marielle, no Rio de Janeiro. Mas eles fizeram isso aqui. (Baixa o microfone da tribuna.) Calaram! Eles calaram para a grande ação da vitoriosa Polícia Federal do Brasil, que enjaulou os canalhas, enjaulou os podres, e eles não falam nada disso. Hoje eles não falaram nada de política nacional. Hoje os vereadores federais não vieram até o plenário, todo dia eles

falam de Hamas, de Israel, eles sabem tudo de política internacional. Eles sabem tudo de Brasília, hoje eles não sabem nada, o único que sabe sou eu, que tem três bem guardadinhos na Papuda, vendo o sol nascer quadrado. É assim que o bolsonarismo deve imperar no Brasil: na jaula, na cadeia – na cadeia! –, que é lugar de gente fora da lei. Marielle presente; Marielle presente; Marielle presente.

E logo mais agora vai vir o prefeito, e espero explicações sérias do prefeito sobre o que ele falou na GloboNews, sobre a dengue. Eu quero ver ele responsabilizar aqui a cidade pela dengue, quando a responsabilidade é pública!

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, uma questão de ordem para repor a verdade. Ao contrário do que disse o orador na tribuna, a maioria dos vereadores não conseguiu chegar, uma vereadora teve a casa destelhada, foi a Ver.^a Fernanda Barth, que está me autorizando a dizer, e este vereador chegou cinco minutos após a segunda chamada, por não conseguir um aplicativo em tempo. Então apenas para que a verdade prevaleça, ninguém veio aqui para tirar o quórum, foi apenas um temporal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, está feito o registro. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Lider.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; cidadãos que estão na plateia; aqui nós escutamos de tudo, mas, quando o Ver. Jonas Reis vem a esta tribuna, nós escutamos mentiras. Vereador, o senhor sabe de quem são amigos esses dois Brazão lá do Rio de Janeiro que foram presos? Eu vou mostrar no painel. Diretor Luiz Afonso, por favor, vamos botar a fotografia do amiguinho do Jonas aí. Olhem ali, olhem ali de quem ele é... Olhem de quem ele é... Os Brazão são do Waguinho, aquele que apoiou vocês e apoia, que indicou a mulher dele para ser ministra e teve que ser demitida. Esse é o teu pessoal, Jonas! Além de mentiroso, tu queres fazer o quê? Quer se esconder? Não! Não te escondas! Não te escondas! Esconder-se atrás da mentira é muito feio! Esses presos são teus eleitores. Teus não, porque ninguém te conhece lá em Brasília; mas são do Lula, da Dilma. Esses são os teus e tu vens aqui inverter? Vens aqui inverter, querendo que o secretário de Educação esteja à tua disposição? Você é um professor que ficou seis meses na sala de aula. Seis meses tocando flauta! Tocando flauta por seis meses! Mas quem é esse vereador para vir aqui tentar enquadrar os vereadores da base? Quem é esse Jonas Reis? Se eu souber que um seguidor teu votou em mim eu vou pedir para anular o voto, porque eu não aceito! Eu não aceito nenhum voto da tua turma, eu não aceito! Mesmo que queiram votar em mim! Olha, tem que ter paciência, tem que ter paciência para ouvir certas coisas. Querer inverter as coisas... Ontem, por exemplo, o Ver. Jonas foi para o Parcão, de uma forma mal-educada, não respeitou o aniversário do Brique; não respeitou o aniversário do Brique, daquelas pessoas honradas que trabalham há tantos anos lá, foi o Jonas Reis com o “Fera Melo”. Sabem quantas pessoas acompanhavam o Jonas? Oito! Oito pessoas! Essa é a turma dele: oito! Será que eram seguranças? Mas o Ver. Jonas nunca foi ameaçado, ele

não precisa de segurança, não. Ele é um rapaz bom, pessoalmente; mas aqui na tribuna ele se transforma, se transforma em chacota! Chacota! Eu não gostaria de fazer isso com um colega, mas tenho que dizer porque ele provoca. Ver. Jonas, o prefeito estará aqui e ele não é covarde igual o senhor, que fala e depois sai do plenário. O prefeito vai estar aqui, e ele não vai querer colocar a culpa no seu Presidente, que não comprou as vacinas da dengue. Não vai colocar a culpa no Lula e na sua turma, não vai colocar a culpa naquela ministra que chora quando é cobrada. Aliás, o Presidente é um machista, porque fez uma ministra mulher chorar. Machista o Presidente! Não respeitou uma ministra, cobrou querendo que ela falasse grosso, ela não fala grosso, ela é mulher, ela fala do jeito que ela é, do jeito que ela é. Não é o Lula que vai lá, xinga, faz ela chorar e não pede desculpas.

Então, vamos ficar cada um no seu lugar, o Ver. Jonas Reis faz filminhos para ele mesmo. Sabe que ele faz filme, eu descobri, depois em casa ele se assiste e se aplaude. É isso o que ele faz. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Conforme combinado, vamos suspender a sessão para chamar o prefeito Sebastião Melo para fazermos a audiência pública sobre o Prometa.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h32min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h45min.) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do [PLCE nº 031/23](#) na priorização de votação da presente sessão. Eu queria pedir para antecipar a votação desse projeto da Guarda para hoje.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nem tem como votar esse projeto de lei, porque nem audiência pública saiu. Por favor!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Paulo Schuster está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULO SCHUSTER (SOLIDARIEDADE): Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente, colegas vereadores; quero hoje reiterar um assunto que é de suma importância para a cidade de Porto Alegre, que é sobre a CEEE Equatorial. Nós precisamos tratar esse assunto com a maior firmeza, porque é inadmissível que a CEEE continue deixando os cidadãos de Porto Alegre dez, quinze dias sem luz, postes quebrados, fios caídos, é inadmissível. Precisamos fazer o quê? Vamos precisar trabalhar

com força política para que todos possam pressionar a administração da CEEE, porque ficar dez dias sem energia elétrica, afeta o funcionamento básico das nossas residências, comércio e serviços públicos, a falta prolongada de luz compromete o conforto e a qualidade de vida, também representa um risco à segurança não só nossa, o bem-estar de todos, a impossibilidade de armazenar nossos alimentos com segurança, o bombeamento elétrico – as bombas, para que possa ter abastecimento com água potável. Então a gente precisa ter medidas cabíveis quanto a essa proposta. A Equatorial, além de fornecer um serviço de qualidade baixa, afeta ainda a reputação dela. Eles precisam nos informar, precisam criar canais que sejam mais comunicativos com a sociedade, então peço hoje que se exija uma investigação rigorosa sobre as causas das interrupções prolongadas, a responsabilização da empresa Equatorial de energia por danos causados aos moradores. Precisamos melhorias em infraestrutura, precisamos cobrar da empresa investimentos em manutenção preventiva e modernização da rede elétrica para evitar futuras interrupções; uma comunicação eficiente com protocolos claros de comunicação entre empresa e comunidade, garantindo transparência e atualizações regulares de canais de atendimento eficientes para relatos da reclamação. Falta de luz por mais de dez dias, claro, é indicativo da necessidade urgente de melhorias no serviço e qualidade prestada pela empresa Equatorial. É imperativo que medidas sejam tomadas imediatamente para garantir que situações como essas não se repitam e que os direitos e bem-estar do cidadão sejam sempre prioritários. Agradeço a atenção de todos e reitero meu compromisso em prol da comunidade. Estou aberto a sugestões, perguntas e comentários para juntos encontrarmos uma solução efetiva para que esses desafios da cidade possam ser melhorados. Muito obrigado, pessoal.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu fiquei muito triste que o prefeito saiu do plenário sem falar das metas, que são fundamentais, e criou motivação que fosse o público presente, que venho inclusive para ouvir que na educação nós não cumprimos a meta. Gastou-se apenas 16% e deveria ter sido 25%. Eu queria essa explicação do prefeito. Vou aguardar que ele volte – acho que ele deve estar no estacionamento – para falar da educação da cidade.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, da próxima vez que o prefeito vier, que o Jonas não fique inflando o pessoal para ficar vaiando e gritando. Eu acredito que tudo tem seu tempo. A manifestação é válida, mas a gente precisa ter respeito. Não entrem na pilha, não vai...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está bom, obrigado, vereador. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje eu vou falar do aniversário do MDB, meu partido,

meu único partido até hoje. São quase seis décadas, ou seja, 58 anos. O MDB tem como presidente nacional o deputado federal Baleia Rossi, e assumiu neste final de semana o presidente estadual, deputado estadual Zanchin, e eu me sinto muito honrada de fazer parte dessa nova executiva. A nossa fala é para fazer alguns registros da história de lutas deste partido. O Brasil de ontem, dos anos de 1970, 1980, 1990, deixou marcas profundas no País, como a redemocratização do Brasil construída num ambiente hostil às liberdades civis, à justiça e ao voto, e foi o MDB que, enfrentando as pressões e casuísmos, conduziu o País à redemocratização, resultando na Constituição Cidadã de 1988. O MDB mais tarde veio a ser um parceiro decisivo na construção da estabilidade econômica, merecendo um papel central nas grandes transformações ocorridas no Brasil; o MDB fez prosperar a dinâmica da democracia brasileira, pelo caminho do debate, do pluralismo, da tolerância e de sintonia com os anseios do País. Sua força popular e a consciência de sua responsabilidade têm origem na militância que ainda hoje forma uma gigantesca corrente nacional pela cidadania. Foram ideias do MDB que ajudaram a mudar a face do Brasil contemporâneo. As campanhas históricas do MDB de enfrentamento com o regime registraram a luta pela anistia, pelo fim da postura da tortura e pela liberdade de imprensa, pelas Diretas Já, pela Assembleia Nacional Constituinte que resultaram na Constituição Cidadã de 1988, conduzida com maestria pelo saudoso Ulysses Guimarães, o “Senhor Diretas”, o vulto que simboliza a história do MDB e a redemocratização do País. Pela trajetória de Ulysses podemos homenagear a todos os chamados emedebistas históricos, também ao grupo dos emedebistas autênticos que ajudaram a construir nossas consciências cidadãs e a moderna democracia brasileira. Dentre tantas conquistas, podemos citar uma delas: a distribuição igualitária dos recursos dos *royalties*, uma emenda do saudoso Ibsen Pinheiro aqui no Rio Grande. Mas se falarmos em MDB do Rio Grande, logicamente o nome que vem em primeiríssimo lugar é o de Pedro Simon, um pregador histórico de ideias oposicionistas, combativo, ético e respeitado em todo o Brasil. Pelas mãos de Simon o MDB do Rio Grande do Sul ofereceu ao Brasil gerações de lideranças políticas que consolidaram o vasto quadro de representações no Rio Grande e no País. O MDB é uma marca de conquistas no Estado de governos transformadores, com apoio popular, tanto é que nos últimos 30 anos de eleições, para o governo estadual, elegemos três governadores: Pedro Simon, Germano Rigotto, José Ivo Sartori e mais o Antônio Britto. Fogaça e Melo em Porto Alegre também são expressões políticas que simbolizam a nossa história de lutas e de trabalho incansável de nossos ex e atuais deputados, prefeitos, vereadores que diariamente contribuem para melhorar a vida do Estado e de nossas comunidades. Cabem aqui algumas importantíssimas conquistas de governos do MDB no Estado como resultado da luta para combater desigualdade e, ao mesmo tempo, desenvolver a nossa economia. Há alguns registros, conquistas do governo: Polo Petroquímico, Casa de Cultura Mário Quintana, Estrada do Mar, Troca-troca de Sementes, Rota do Sol, Programa Primeira Infância Melhor, a gestão democrática nas escolas, entre tantos outros que estão nos registros, principalmente para quem acessar a Fundação Ulisses Guimarães, onde tem toda a trajetória dos grandes líderes, daqueles que marcaram a história no País.

Então, o MDB da nossa capital também empreendeu uma grande travessia democrática, uma aliança partidária plural em torno da unificação de compromissos, respeitando as diferenças e construindo um ambiente de diálogo e cooperação, consolidou um ambiente de mudança com o governo Fogaça. Nessas relações, inclui Câmara de Vereadores, governo estadual e federal. Criamos ainda a secretaria de acessibilidade no Município, da juventude, da governança solidária, secretaria de gestão, coordenadoria de políticas públicas para as mulheres, para os animais domésticos, esse é o verdadeiro avanço no sentido de trazer para o poder público a necessidade de garantir programas de cuidados, prevenção e atenção à saúde animal.

Temos mais algumas conquistas, para terminar, que devem ser lembradas em Porto Alegre. Na educação infantil, aumento de 24,5 na oferta de vagas; na saúde, redução da mortalidade infantil; alvará na hora; distrito industrial; na época, da Restinga, renovação de 100% da iluminação pública; Procon, entre tantas outras que eu poderia citar, mas meu tempo está esgotando, e também os exemplos da retirada, que eu participei, da Vila Chocolate, depois de 30 anos de negociações, e assim por diante. Então, nós vamos fazendo história, colocando o partido a serviço das pessoas, do bem público, do Rio Grande e do Brasil. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h59min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0129/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/24, de autoria da Mesa Diretora, que revoga o § 6º do art. 13 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, permitindo a manutenção dos cargos na Mesa Diretora em caso de nova opção partidária. **(SEI 014.00004/2024-60)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- votação nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, II, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-03-24.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Como esse é um projeto de alteração do Regimento, o PR nº 012/24, de autoria da Mesa, nós já tínhamos feito, como é o procedimento regimental das alterações do Regimento, as duas sessões de discussão anteriormente. Hoje nós teremos apenas a votação em um único turno, cabendo encaminhamentos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PR nº 012/24. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, nobres colegas, assistência nas galerias e na TVCâmara, chegou o dia desta Casa dizer se mantém acordos ou não mantém acordos. Várias pessoas, decanas desta Casa, já me pararam pelos corredores para dizer que nunca antes na história desta Câmara um acordo foi quebrado como está sendo agora. A Mesa é composta pela proporcionalidade dos partidos, ou seja, pelo peso político de cada bancada, e isso está indo para o ralo porque, se nós quebrarmos o acordo feito lá no começo da legislatura, essa proporção de forças não vai mais existir, porque com a migração de parlamentares desta Casa para outros partidos, poderá acontecer de um partido ter mais representação política do que outros. Aconteceu recentemente, se não me engano, com a Comandante Nádia ou com uma outra vereadora, foi feita uma nova votação para se manter o acordo. E aqui estou falando a respeito de representação política que o NOVO reivindica para si, já que a sua representante hoje, do NOVO, na Mesa, é retirante do partido, não vai permanecer no partido. Por isso é importante que nós nos lembremos do que foi dito nesse plenário no ano passado, quando foi invocado e evocado o acordo do começo de legislatura para se manter o que fora feito, o que fora feito lá no começo. Aliás, o secretário Cassio Trogildo, que está aqui neste momento, foi quem me mostrou, na tela de seu celular, o acordo, e tenho certeza de que Sua Excelência, o secretário, lembra disso. Estávamos na mesa do Ver. Cecchim, líder do governo, e Cassio Trogildo mostrou: “essa vaga é do NOVO”. O Ver. Cecchim viu. Esta Casa vai ter a oportunidade, porque eu não estou pensando no agora, nem sei se eu vou estar aqui ano que vem, por exemplo. Eu estou pensando no que é que os mais novos, ao menos, não de idade, mas de Parlamento, o que é que os mais novos estão recebendo de mensagem dos mais experientes sobre não cumprimento de acordo? Hoje é o NOVO, amanhã pode ser o MDB, o PT, o PP, o PL, qualquer outro partido pode ter a corda roída amanhã. Outro dia, um vereador do PT reclamou que foi rompido um acordo que havia sido costurado. É a chance, aliás, do PT, Ver. Adeli, que me dá a sua audiência neste momento, é a chance do PT votar contra essa resolução e mostrar que acordos precisam ser mantidos, senão o discurso do Ver. Comassetto será hipocrisia. Ou o PT mantém todos os acordos desta Casa, ou não mantém nenhum, só os que quer. Encaminho nesse sentido o voto do partido NOVO: “não” a esse projeto, “não” a essa quebra de acordo. E eu estou curioso, vou pedir nominal para esse projeto, para que a cidade de Porto Alegre saiba

quais são os vereadores que mantêm acordos nesta Casa e quais não mantêm. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o PR nº 012/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Requerimento nº 039/24 já foi encaminhado pelo Ver. Airto Ferronato, no dia 20 de março de 2024.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 039/24 – (Proc. nº 0171/24 – Ver. Jessé Sangalli) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao projeto de regulamentação dos trabalhadores de aplicativos promovida pelo Governo Lula”. (SEI 220.00082/2024-10)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o Requerimento nº 039/24. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro Pinheiro; Ver. Jonas, nosso líder; cabe a mim fazer uma discussão séria, consistente sobre esse tema. No mundo moderno, há uma exploração brutal dos trabalhadores, e há aqueles que querem que a exploração continue. Nós tivemos um caso, no ano passado, na serra gaúcha, de escravidão contemporânea, expressão usada pela promotoria pública, não é invencionice minha. Eu fiz um livro sobre esse tema, tenho acompanhado, vai sair um outro livro meu sobre a escravidão contemporânea. Os aplicativos, no mundo, são o fruto do capitalismo de vigilância: você vai trabalhando, você vai pesquisando, você vai comprando, e os algoritmos só vão ajudando alguns poucos, muito poucos. Nós somos escravizados, manipulados e explorados pelas plataformas de aplicativos mundo afora. Criou-se uma ilusão, os trabalhadores desempregados, principalmente os desempregados, de que através do aplicativo de iFood, Uber, 99, as pessoas virariam, de uma hora para outra, empreendedores, que ilusão, triste ilusão. O sujeito tem um carrinho, coloca no aplicativo e lá vai ele desgastando o carro, pagando gasolina, pagando seguro e trabalhando 12, 13, 14, 15 horas por dia. Agora que o governo federal do Presidente Lula tenta colocar os pingos nos is, isso a Inglaterra já fez lá atrás e muito mais radical do que nós estamos fazendo no Brasil. Se nós não seguimos exatamente o que está acontecendo na Inglaterra é porque nós não temos as condições políticas de fazê-lo no Brasil. Mas exigir que as plataformas paguem a previdência da sua parte é o mínimo – é o mínimo! Querem algumas pessoas aqui nesta Casa continuar o escravismo, continuar a colocar o dinheiro

fácil na mão e na conta bancária dos aplicativos. O mínimo que se pode neste País, é normatizar dentro daquilo que o governo federal está propondo. Eu vi vídeos que são um escárnio, dizendo que agora vai aumentar o preço, que vai quebrar esse pessoal, que não vai ter mais trabalho. Ora, os aplicativos necessitam dos trabalhadores, necessitam dos trabalhadores. Pode até aumentar, pode. Aqui ninguém é hipócrita, mas trata-se de uma questão de concorrência do capital. Pena que não deu tempo de a gente avisar os taxistas para estarem hoje neste plenário, para ver o que eles diriam sobre a concorrência desleal dos aplicativos, completamente desleal, porque eles têm a inteligência toda sob seu domínio, no dia de jogo de futebol é mais caro, no dia de chuva é mais caro, aí você está acostumado, não tem mais o ponto de táxi perto, o lotação foi pro beleléu. Ah, eu quero ver a discussão sobre o lotações aqui. Eu defendo o lotação; defendi inclusive o lotação transversal para resolver o problema de crise, para não ter competição com ônibus e nem com os trajetos perto, que normalmente são cobertos pelos aplicativos. Nós somos radicalmente contra essa moção. Essa moção vai na contramão da história, vai levar água para o moinho da exploração, da grande exploração da mão de obra trabalhadora. Não é porque o sujeito não é um empregado direto, mas ele é um empregado indireto, esse é o grande debate inclusive da legislação trabalhista no Brasil. Esse é um tema que não será resolvido nesta Casa hoje à tarde. É mais uma moção, é mais uma moção para azucrinar a nós aqui, que somos defensores do trabalho. Nós, no meu caso, eu falo pela bancada do PT, para azucrinar a bancada do PT, o governo do Lula, etc. e tal. Concluindo, nós vamos defender a dignidade da pessoa humana, porque ela está inserida de forma clara e cristalina na nossa Constituição. Regramento aos aplicativos já! Chega de exploração do trabalhador por aplicativos e enchendo as burras do capital internacional, e as pessoas passando mal e miséria no Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/24.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores, público que nos acompanha nas galerias; toda segunda-feira e quarta-feira eu venho para a Câmara de Vereadores, mas, às vezes, eu não sei se eu venho para Câmara, se eu venho para a Assembleia ou eu vou para Brasília, porque, dependendo da vestimenta que eu venho, a gente não sabe, já que votamos e debatemos muitos temas que não são pertinentes a Porto Alegre. E eu fiquei muito preocupada hoje com a postura do prefeito Sebastião Melo, vereadores, porque nós temos diante da postura de se ausentar de um debate para apresentar o Prometa, pouca paciência e pouca preocupação em trazer para esta Câmara de Vereadores um debate tão importante. Considero meritório, sim, voto favorável a essa moção, mas será que o Parlamento de Porto Alegre deve ficar debatendo projetos de Brasília ou deve debater Porto Alegre? Essa é a pergunta. A Ver.^a Mônica Leal muito diz: “Os vereadores, antigamente, na época em que eu comecei a ser vereadora”, Ver. Pedro Ruas e inúmeros vereadores. E nós aqui perdemos o debate da cidade e voltamos o debate para projetos que são pertinentes à

Assembleia, projetos que são pertinentes à Câmara dos Deputados. Eu volto aqui, colegas vereadores: Porto Alegre está parando novamente; durante três meses parou porque a Secretaria da Fazenda não pagou os serviços terceirizados. Agora para na contratação de mil professores, porque atingiu o teto do gasto do funcionalismo. Há um ano, o secretário da Fazenda, Ver. Aírto Ferronato, sabia dessa informação, não é novidade, e Porto Alegre não pode mais contratar pessoal, não pode movimentar. Há menos de um ano, esta Câmara de Vereadores entregava um cheque em branco para o prefeito aumentar o teto do funcionalismo, um impacto de R\$ 40 milhões. Há um ano Porto Alegre vota projetos nesta Câmara de Vereadores entregando cheques em branco para o prefeito. Nós tivemos a cessão de CCs que estavam extintos para colocarmos mais CCs, e o que nós vemos é o aumento do gasto e da máquina. Agora, nós temos finalmente o Tribunal de Contas dizendo que Porto Alegre não pode mais contratar. E quem perde, Ver. Conceição? Quem perde, Ver. Cassiá? É a população lá na ponta, porque se nós aumentamos em R\$ 40 milhões o gasto com a alta elite, quem perde é a Guarda Municipal, os professores, os enfermeiros, com salários pequenos, pois não foram contemplados. Agora, Porto Alegre não pode contratar e falta pessoal lá fora, onde temos muitos CCs na Prefeitura e salários volumosos para o alto escalão. Nós vemos a falta de políticas públicas e prioridades de gestão onde mais precisava. Por isso, eu volto, e eu utilizei essa moção para a gente retomar e lembrar do que nós precisamos debater aqui na Câmara de Vereadores, é sobre projetos de cidade. Moção que compete à Câmara de Deputados e Assembleia, eu acho que não deveria ser prioridade neste Parlamento, principalmente em ano de eleição, quando cada um de nós já está nas periferias, nas comunidades e nos seus bairros pedindo voto. Com certeza, a pergunta não será como votamos a moção de apoio ou repúdio ao Uber, será como utilizamos o nosso tempo como parlamentares para fiscalizar a gestão, cobrar professores nas escolas, enfermeiros nos postos de saúde e garantir uma Porto Alegre para todos os cidadão, não apenas para alguns. Obrigada. (Palmas.)

(O Ver. Aírto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, o Requerimento nº 039/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 11 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(16h23min) Encerrada a Ordem do Dia.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1248/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui § 22 no art. 70 e § 3º no art. 71, ambos na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, incluindo obrigação aos sindicatos para fins de gozo da isenção do IPTU e do ISSQN. (SEI 220.00346/2023-54)

PROC. Nº 1170/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 678/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que denomina Rua Haidée da Rosa Brito de Lucena o logradouro público parcialmente cadastrado conhecido como Rua P – VI. Fátima-Pinto. (SEI 036.00165/2023-51)

PROC. Nº 0153/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que obriga os estabelecimentos comerciais situados no Município de Porto Alegre a divulgar, em local visível a todos os seus frequentadores, o percentual do *couvert* artístico efetivamente repassado ao artista; e cria o Selo Bar que Respeita o Músico. (SEI 050.00011/2024-25)

PROC. Nº 0175/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que denomina Largo Tio Luizão o logradouro não cadastrado conhecido como Largo Cinco Mil Duzentos e Oito, localizado no Bairro Ipanema. (SEI 024.00065/2024-17)

PROC. Nº 0558/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/21, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que inclui art. 2º-A na Lei nº 12.302, de 19 de setembro de 2017, vedando a divulgação das campanhas de peças ou anúncios publicitários institucionais em veículos de notícias ou informações que tenham sido condenados por difusão de notícias fraudulentas – *fake news* – ou por crimes resultantes de prática de discriminação ou de preconceito. (SEI 234.00002/2021-70)

PROC. Nº 0160/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/24, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Guaracy Santos. (SEI 034.00091/2024-35)

PROC. Nº 0135/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 006/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui § 2º no art. 12 da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos –, estabelecendo que o Executivo Municipal terá o prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 1º de janeiro de 2025, para implantar um sistema de numeração

padronizado e unificado para identificação dos imóveis no Município. (SEI 220.00073/2024-29)

PROC. Nº 0240/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui parágrafo único no art. 24 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial, ao Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências –, e alterações posteriores, permitindo a autorização para operação em caráter experimental do serviço de transporte de passageiros por micro-ônibus e assemelhados em horários não regulares. (SEI 220.00065/2023-00) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli.

PROC. Nº 1252/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 718/23, de autoria do Ver. Adeli Sell, que disciplina a utilização da infraestrutura de mobilidade urbana no Município por meio da exploração econômica do compartilhamento de patinetes elétricas e dá outras providências. (SEI 022.00032/2023-98)

PROC. Nº 1167/23 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/23, de autoria da Mesa Diretora, que altera o § 1º do art. 50 e revoga os incs. I e II do § 1º do art. 50, todos na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, fixando em 35 (trinta e cinco) o número de vereadores da Câmara Municipal. (SEI 014.00038/2023-73)

PROC. Nº 0997/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 421/21, de autoria do Ver. Edson CT, que obriga os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados no Município de Porto Alegre a incluir o tema da cultura nas respectivas propostas pedagógicas. (SEI 250.00012/2021-99)

PROC. Nº 1329/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 756/23, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura o atendimento prioritário às pessoas com diabetes na realização de exames complementares de diagnóstico que exijam jejum prévio, coletas de sangue e ultrassonografia de abdômen nos serviços públicos e privados de saúde no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00530/2023-29)

PROC. Nº 0051/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/24, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que proíbe a inclusão de cláusulas restritivas em convenção, regulamento, regimento ou qualquer instrumento legal de condomínio relacionadas à permanência de animais domésticos em suas unidades autônomas e nas áreas comuns do condomínio. (SEI 035.00013/2024-30)

PROC. Nº 0060/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/24, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece a disponibilização gratuita de testes rápidos para o diagnóstico de dengue, chikungunya e zika nas unidades da rede municipal de saúde e

demais estabelecimentos conveniados ao Sistema Único de Saúde no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00026/2024-12)

PROC. Nº 0082/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 2º no art. 24 da Lei nº 12.002, de 21 de janeiro de 2016, determinando a afixação, em escadas rolantes ou equipamentos de transporte similares, de placa informando a existência de botão de pânico e contendo a descrição da sua função e o modo de sua utilização, e revoga o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 12.002, de 2016. (SEI 034.00062/2024-73)

PROC. Nº 0130/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 069/24, de autoria da Verª Biga Pereira e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que denomina Rótula Adélia Azeredo Maciel a rótula do entroncamento das Avenidas Chuí, Icaraí e Divisa, localizadas na Zona Sul de Porto Alegre. (SEI 299.00030/2024-85)

PROC. Nº 0140/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 072/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Jeremias Alves Evangelista Tercio. (SEI 145.00029/2024-13)

PROC. Nº 0143/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Dilva Nunes da Fonseca o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil Quatrocentos e Noventa e Nove, localizado no Bairro Jardim Europa. (SEI 138.00007/2024-61)

PROC. Nº 0144/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/24, de autoria da Verª Polaca Rocha, que institui o Dia e a Semana do Bairro Bom Fim no Calendário de Eventos da Cidade de Porto Alegre. (SEI 343.00001/2024-40)

PROC. Nº 0128/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol à Igreja MEVAM Porto Alegre. (SEI 145.00030/2024-48)

PROC. Nº 0131/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/24, de autoria da Verª Biga Pereira, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA. (SEI 299.00028/2024-14)

PROC. Nº 0162/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/24, de autoria do Ver. José Freitas, que concede a Comenda Porto do Sol ao Núcleo Comunitário e Cultural de Belém Novo. (SEI 034.00093/2024-24)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, nós estamos na 1ª sessão de Pauta de um projeto que eu apresentei para a nossa Câmara de Vereadores que diz respeito à defesa da cultura na cidade de Porto Alegre. E a defesa da cultura é algo fundamental, porque infelizmente – infelizmente – nós temos tido ao longo dos anos uma política sistemática de desrespeito, de descaso, de desconstrução, tanto da cultura quanto da educação. E, na defesa da cultura, uma das questões importantes é a defesa da atividade profissional dos músicos. Esse PLL nº 078/24, que define, vereadores e vereadoras, esse projeto define, no seu primeiro artigo, que os estabelecimentos comerciais situados no Município de Porto Alegre sejam obrigados a divulgar, em local visível, a todos os seus frequentadores o percentual do *couvert* artístico efetivamente repassado ao músico. A defesa dos músicos, a defesa dos músicos como atividade profissional, não apenas como divertimento. Ocorre infelizmente na cidade de Porto Alegre um desrespeito, não são todos, felizmente, mas muitos bares desrespeitam a atividade profissional dos músicos. Cobram dos seus frequentadores o *couvert* artístico e não repassam esse *couvert* artístico para os músicos, que justamente são os que atraem os frequentadores, liderança do governo, Ver. Cecchim. Hoje ocorre isso. Nós sabemos que não se pode obrigar, mas o poder público pode, isso sim – é uma prerrogativa do poder público –, legislar no sentido de que haja transparência e de que, portanto os bares informem, de modo visível, qual é a parte do *couvert* artístico que efetivamente é pago para o músico. E a Prefeitura de Porto Alegre, incentivando os bares que tenham essa atitude, estabeleça um selo de amizade, de defesa desses bares, o selo Bar que Respeita o Músico, que seja concedido pelo Município de Porto Alegre esse selo para que essa boa prática seja incentivada. Portanto o projeto que está na sua 1ª sessão no dia de hoje é um projeto que prevê a defesa dos músicos como profissional, a defesa da transparência na divulgação para que o público conheça qual percentual é passado ao músico do *couvert* que o estabelecimento cobra dos frequentadores. Nós sabemos que muitos músicos atraem os frequentadores para um estabelecimento comercial, para um bar, mas, infelizmente, não recebem o *couvert* que é anunciado como *couvert* artístico. E, se é um *couvert* artístico, evidentemente que tem que ser repassado para o artista que realiza o seu trabalho, não apenas para divertir as pessoas que estão no local, não apenas como entretenimento, mas também realiza esse trabalho como uma profissão e merece ser remunerado de acordo com o seu trabalho. Por isso eu acredito que esse projeto apresentado por mim é um projeto em defesa da cultura, em defesa da educação, e a Prefeitura e o poder público devem incentivar, tanto a cultura, quanto a educação, garantindo que o *couvert* artístico seja realmente repassado para aqueles que realizam o trabalho artístico. Muito obrigado, Presidente, vereadores e vereadoras.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sobre o meu projeto que está em pauta, nós o apresentamos para minimizar tantos problemas que temos entre condomínios, condôminos e tutores de animais. Isso acaba na justiça, muitas vezes, porque têm decisões de assembleia que decidem por retirarem o animal. Hoje já é difícil de isso ocorrer a favor de condomínio, porque o animal hoje faz parte da família. Então essas decisões em que se convocam assembleia, inserem em convenções, regulamentos, regimentos internos ou outro instrumento legal, cláusulas restritivas, proibindo a permanência de animais domésticos no interior de suas unidades e/ou no uso de áreas comuns... Essas atitudes são tomadas mesmo com a Constituição Federal e o Código Civil, que abarcam a proteção aos animais, e agora o Código Estadual Ambiental. Também temos a [Lei Federal nº 4.591](#), que é a lei dos condomínios (Lê): “Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionados [claro!] às normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes”. Assim, a permanência de animais na unidade, em princípio, é livre; o objetivo dessa proposição é dar efetividade à proibição na convenção, no regulamento, regimento ou qualquer outro instrumento legal, e para evitar tantos atritos. O que nós também defendemos? Nós temos as cinco liberdades para o bem-estar animal: as pessoas têm que cuidar da higiene do local onde o animal circular, da higiene do ambiente interno, também muitas pessoas reclamam do animal que fica latindo o dia inteiro, usar algum meio de manejo para respeitar o descanso de pessoas, principalmente de idade, que ficam dentro dos condomínios. Nós não somos radicais de exigir a permanência e a pessoa não cuidar, não vacinar, não manter o animal limpo; nós queremos é pacificar, com clareza, que essa permanência hoje não se sustenta mais buscando a justiça para a retirada desses animais. Nós apresentamos esse projeto, que é semelhante a outro projeto que eu aprovei, o da circulação de animais nos grandes estabelecimentos, como *shopping centers*. Mesmo contra uma lei que existia, já estava sendo usado, então, a pedido de uma associação, nós alteramos a lei, mas as observações de uso também de trânsito nos *shopping centers* devem ser observadas no totem de entrada, há *shopping centers* que não aceitam animais de grande porte, em outros, animais de raças consideradas bravias devem usar a focinheira, porque o animal pode estranhar outro, uma criança, e causar danos às pessoas nessa passagem pelos condomínios, o que não está permitido são as áreas de alimentação, porque a vigilância sanitária tem as suas restrições. E também dizer que tudo isso visa ao bem-estar das pessoas com seus mascotes, e assim nós vamos trabalhando para fechar um círculo com mais de 60 leis em prol dos animais. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, aqui mais uma vez nós temos em pauta a questão do transporte na nossa cidade. Eu quero dizer que a nossa cidade está atrasada frente às cidades desenvolvidas no mundo inteiro, que têm à disposição diversos tipos de modais. Aqui nós fomos sequestrados por meia dúzia de megaempresários do transporte, donos de empresas que prestam um péssimo serviço: ônibus lotados, ônibus demorados, agora nós temos ônibus sujos, velhos, por conta de um decreto do prefeito Melo, e sem ar condicionado – nos que têm ar condicionado chove nos bancos; onde ele puxa água chove, ficam dois bancos sempre inutilizados, porque são muito velhos. Infelizmente, nós estamos vivendo o sucateamento do transporte; a Prefeitura entrega R\$ 135 milhões só este ano para esses empresários. Isso é um escândalo, a população não aguenta mais andar feito sardinha. Agora nós tivemos que fazer uma audiência pública no Extremo-Sul, porque as lotações, que é uma coisa boa que nós temos, estão prestes a encerrar o seu contrato de serviço: lotações Belém Novo, Restinga, Hípica. Como vai ficar a população, se estão abandonando o segundo modal coletivo, não há uma política de incentivo. Onde já se viu? A ATP está mandando dentro da EPTC, os horários não são cumpridos, a população não tem o mínimo, que é se transportar, ir ao trabalho, ir a uma consulta médica; muita gente, com essa história de centralização da saúde, tem que vir para o Centro, tem que ir para os grandes hospitais, quando a gente poderia ter clínicas da família replicadas em várias regiões, e não temos; basta ver a superlotação que está, por exemplo, o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Há muito tempo a Zona Sul precisa de mais um pronto atendimento; só temos um e sem funcionários. Não se faz concurso para repor. O secretário da Saúde, não o vi aqui, deveria estar aqui explicando para nós este problema grave. Também aqui um projeto que fala sobre a dengue, que é um problema que assola nossa cidade, um problema de saúde pública, não é de um governo ou de dois. Aí as pessoas falam assim: “Eu quero a vacina. O Lula tem que comprar a vacina.” O problema é que o Lula quer comprar a vacina, mas existe apenas uma empresa no mundo que produz vacina da dengue, mas não consegue produzir pra humanidade toda . A gente está na fila. O governo federal está na fila para comprar e distribuir – já comprou já uma leva, vai distribuir para os grupos prioritários, mas depois virá mais. Então, isso é uma vergonha porque não houve um incentivo na pesquisa, na ciência no Brasil, durante o período Bolsonaro, e a gente não dispõe de vacina própria. Aí fica a população à mercê. Não podemos culpar a população, que precisa receber propaganda, informativo. Nós temos hoje menos de cem Agentes de Combate às Endemias, são aqueles que vão ajudar a combater essas doenças. A nossa cidade tem o direito e o dever, segundo a legislação estadual, de ter 650 Agentes de Combate às Endemias. Então, não tem como dar certo. Eu não entendo o que o secretário de Saúde faz: sábado ele vestiu de novo jaleco azul e foi desfilar, subir ladeira, descer ladeira. Eu fico escandalizado com isso. Ele tem é que nomear Agentes de Combate às Endemias imediatamente.

Por último queria encerrar aqui esse momento, dizendo que há pessoas que estão produzindo aqui, como hoje, projetos de lei para interferir na educação, mas não sabem que a nossa educação hoje precisa de mais escolas. Nós temos que fazer projetos.

Peço aqui: “Secretário de educação, envie projetos para o Fundo Nacional Do Desenvolvimento da Educação. Está lá o FNDE esperando projetos. Aí a gente consegue aportar emendas federais da bancada gaúcha, os 31, eles têm que botar dinheiro em Porto Alegre na educação. Não é possível só botam dinheiro em estrada – estrada, asfalto no interior, o que é importante, não estou querendo dizer que não, mas a educação em Porto Alegre, 11 mil crianças. Esses deputados federais, 31 deputados, têm que colocar dinheiro aqui para projeto de escola nova. Temos 11 mil crianças sem escola. É fundamental, falo isso como professor. Estou triste que nós precisamos dos projetos aprovados no FNDE, secretário de Educação, para cobrarmos da bancada gaúcha uma posição, eles têm que parar de mandar emenda só para asfalto, eles têm que começar a mandar emenda para a educação, e, para fazermos isso, a gente precisa dos projetos, secretário de Educação. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não temos mais ninguém inscrito em Pauta. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h40min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *